

Necropolítica

Querido(a) professor(a), você já ouviu falar sobre Necropolítica? Já pensou como este conceito pode estar relacionado às práticas de extermínio da população negra em nosso país? Seu significado nos permite compreender melhor as particularidades do racismo brasileiro e o que significa ser negro em um mundo colonizado. Vamos começar?

A *necropolítica* é um conceito cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe ao considerar uma realidade contemporânea marcada pela forte influência do racismo sobre as relações políticas, culturais e econômicas; e construída a partir da “violência contra corpos racializados e escravizados”. A necropolítica depende da existência de um poder soberano (PEREIRA, 2019, p.368) – não necessariamente o Estado (MBEMBE, 2016) – que exerça o controle sobre a mortalidade de uma população, estabelecendo o limite entre o direito e a violência/morte. Ela é definida como a capacidade e o poder de determinar quem pode viver e quem deve morrer, com base em uma perspectiva racista sobre grupos biológicos (PEREIRA, 2019).

O gerenciamento da morte (PEREIRA, 2019) pelo *necropoder* (GOLDBERG, 2002 apud MEMBE, 2016) se relaciona a outro conceito importante, proposto pelo filósofo francês Michel Foucault (1926-1984): o *biopoder*. O poder se define e funciona na medida em que se inscreve e se apropria do campo biológico, controlando-o. Ele estabelece uma divisão rígida, supostamente biológica, entre as diferentes populações; e determina quais grupos da espécie humana devem morrer ou viver. O racismo é considerado uma tecnologia que permite o exercício do biopoder (FOUCAULT, 1997 apud MBEMBE, 2016); e a escravidão, “uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica” (HARTMAN, 1997 apud MBEMBE, 2016, p.130). A função do racismo é regular como a morte será distribuída; e tornar possível o assassinio pelo Estado. Para Foucault (1997 apud MBEMBE, 2016, p.128), o “direito soberano de matar e os mecanismos de biopoder” constituem e fazem parte do funcionamento de todos os Estados modernos, a exemplo do Estado nazista.

As “políticas de morte” integram uma estrutura social mais ampla (macroestrutura) racista, imposta aos países colonizados por uma política ocidental europeia que violenta as populações, despoja-as de seus territórios e desrespeita seus códigos e valores culturais (PEREIRA, 2019). O necropoder se impõe sob a forma do terror de uma morte real e/ou através do aniquilamento de uma cultura (GOLDBERG, 2002 apud MBEMBE, 2016). A soberania dos Estados europeus sobre estas nações se traduz na “capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2016, p.135); em exercer o poder “à margem da lei”; e manter supostamente a paz recorrendo a uma “guerra sem fim” (Idem: 132). Neste contexto, a guerra é utilizada como estratégia para alcançar a soberania e exercer o direito de matar; e não se sujeita a nenhuma sanção legal ou institucional. Deste modo, o imperialismo promove nas colônias um *estado*

de exceção regido pela violência física e simbólica, alegando que a imposição da estrutura colonial é uma forma de “salvar” seus habitantes (PEREIRA, 2019, p.368) e civilizá-los (MBEMBE, 2016).

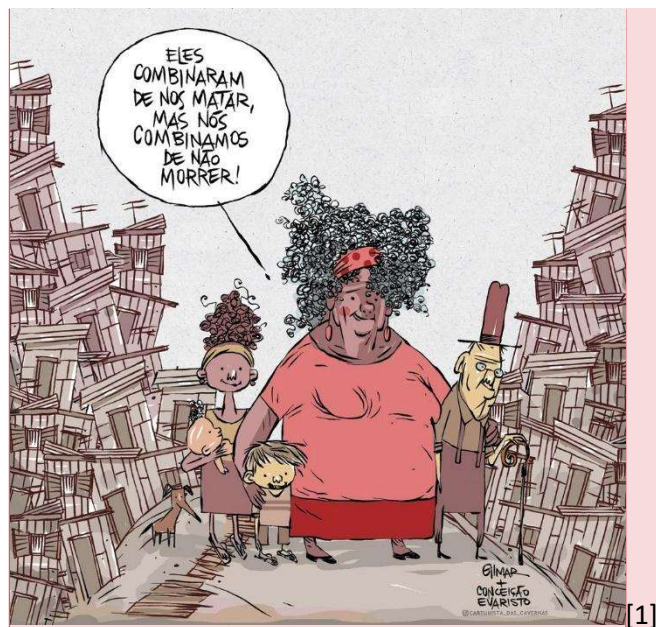
(Sugestão: incluir este parágrafo em um *post* colorido, à parte deste texto)

O termo *estado de exceção* remete à suspensão temporária do estado normal da lei e/ou do estado de direito (AGAMBEN, 1995 apud MBEMBE, 2016). Este conceito é discutido a partir dos campos de extermínio mantidos por regimes totalitários e nazistas, nos quais os ocupantes são resumidos aos seus corpos biológicos e destituídos de *status* político (MBEMBE, 2016). A “estrutura político-jurídica do campo de concentração” converte o estado de exceção em um regime permanente (AGAMBEN, 1995 apud MBEMBE, 2016, p.124).

A estrutura e os resultados do sistema de colonização também representam de forma emblemática o estado de exceção (HARTMAN, 1997 apud MBEMBE, 2016). Neste contexto, a espacialização da ocupação colonial institui divisões e fronteiras internas de forma arbitrária, mantidas à força (FANON, 1991 apud MBEMBE, 2016). O homem e a mulher escravizados são destituídos de sua humanidade para serem convertidos em propriedade alheia e instrumentos de trabalho. Eles perdem seus lares, o direito sobre seus corpos e seu estatuto político; e o controle sobre eles é atrelado à disseminação do terror (MBEMBE 2016).

O direito de pôr fim à vida de outrem também está atrelado a “*relações de inimizade*” estabelecidas pelo poder soberano com determinados grupos, que passam a ser vistos como “inimigos” de seus interesses, valores e práticas (PEREIRA, 2019). A existência destes grupos é entendida como uma ameaça terrível à vida e à segurança das outras pessoas. Por isso, seria necessário eliminá-los fisicamente (MBEMBE, 2016). Deste modo, a violência e morte impostas a estes inimigos ficcionais são deliberadas; e são uma estratégia impessoal para garantir a segurança dos demais, diante do risco que eles supostamente representam (PEREIRA, 2019).

Assim, as bases normativas do direito de matar são o “estado de exceção” e a “relação de inimizade”. Na necropolítica, o poder soberano produz, apela e se refere, simultaneamente, a este estado de emergência e à noção ficcional de inimigo. Esta “relação entre política e morte [...] só pode funcionar em um estado de emergência” (MBEMBE, 2016, p.128).



Fonte da imagem: <https://www.humorpholitico.com.br/gilmar/necropolitica-3/>. Acesso em: 01 set.2020

Em nosso cotidiano, a necropolítica adquiriu outros contornos. Ela se materializa em estratégias e ações que agravam as condições de vida, desrespeitam os direitos humanos e, até mesmo, exterminam literalmente diferentes segmentos sociais, a exemplo de populações carcerárias, pessoas em situação de rua, moradores de áreas periféricas nas grandes cidades, populações quilombolas, ribeirinhas e indígenas. A necropolítica é expressa por meio de narrativas que invisibilizam as particularidades e demandas características destes grupos; e os destituem de sua condição de cidadãos de direitos. Isto inclui a precarização das condições de trabalho, saúde e educação; o desrespeito à posse e usufruto de territórios tradicionais; a imposição de uma ação policial violenta e racista etc.



Fonte da imagem: <https://paragrafo2.com.br/2020/04/03/carismatica-fascista-e-necropolitica-neoliberal-no-brasil-a-negacao-da-ciencia-como-politica-de-morte-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 01 set.2020.

A mídia hegemônica reafirma a perspectiva da necropolítica, ao conferir e reafirmar um juízo moral aos integrantes destes grupos, desqualificá-los e apresentá-los como indivíduos que supostamente “merecem ser punidos”, justificando a violência e a morte que lhe são impostas.



Fonte da imagem: <http://tvwebcultura.com.br/ver.php?id=1243>. Acesso em: 01 set.2020.

Referências:

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. n.32, dez. 2016. p. 122-151.

PEREIRA, Juliana Martins. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 25, n. 55, p. 367-371, set./dez. 2019. Resenha de: MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

Colocando em prática:

1. Qual o objetivo de discutir com os/as estudantes sobre necropolítica?

A discussão sobre necropolítica e a sua íntima relação com o racismo contribui para compreendermos fatos históricos sob a perspectiva dos povos colonizados e/ou escravizados, no Brasil e em outros países. Em paralelo, nos permite identificar como discursos e estratégias historicamente empregados para desumanizar, explorar e subjugar especialmente as populações negras adquirem novas nuances na atualidade, além de servirem ao controle geopolítico, econômico e militar de outras populações. Refletir sobre necropolítica também oferece subsídios para entendermos a lógica e o funcionamento do genocídio da população negra e de outros grupos em situação de vulnerabilidade social no território brasileiro.

2. flo trazer essa discussão para sala de aula, o que se espera para os/as estudantes?

Ao discutirmos sobre necropolítica, esperamos que os/as estudantes estabeleçam uma relação entre o passado e o presente; e reflitam sobre os diferentes mecanismos que perpetuam as desigualdades históricas, com ênfase no racismo, em nosso país e no exterior. É importante que compreendam a articulação entre interesses geopolíticos, econômicos, ideológicos etc. e o extermínio físico e simbólico de determinadas populações. Os/as alunos/as devem ser estimulados ainda a pensar sobre o papel da mídia na reprodução e difusão de discursos e práticas racistas para justificar o extermínio de grupos específicos.

3. Como trabalhar esse tema com os/as estudantes?

- Professor/a, discuta como o regime do *apartheid* (1948 a 1994) na África do Sul moderna (VALE, 2015) dialoga com o conceito de necropolítica, sobretudo a imposição da opressão, condições de extrema pobreza e a instituição espacial dos “distritos” e “bantustões” aos negros sul-africanos (MBEMBE, 2016, p.135) pela minoria branca, em especial os bôeres (IDAF, 1989);
- Professor/a, reflita como a ocupação colonial contemporânea da Palestina ilustra o necropoder (especialmente a relação entre soberania e espaço, traduzida na segregação racial, segmentação e isolamento dos territórios; ideia de que o Estado tem o direito divino de existir; e reivindicação da história e identidade do povo israelense, em contraste com a narrativa pelo mesmo espaço sagrado sustentada pelo povo palestino). A este respeito, é possível consultar MBEMBE (2016, p.136-137);
- O conceito de necropolítica pode ser abordado em sala de aula utilizando-se reportagens veiculadas na TV, internet e outros meios de comunicação que retratam ações de intolerância e extermínio cometidos contra determinados segmentos sociais no Brasil (ex. pessoas em situação de rua). É importante problematizar os aspectos que contribuem para invisibilizar as especificidades e necessidades que caracterizam estes grupos; em que medida estes fatores reafirmam a naturalização e justificam a violência e a morte imputadas a estas pessoas; e como ela é reproduzida em atitudes cotidianas isoladas (ex. atear fogo em uma pessoa em situação de rua dormindo).

Estimule o/a estudante a refletir sobre: 1) os aspectos que contribuem para invisibilizar socialmente essas populações (ex. situação de pobreza, cor da pele, escolarização ausente ou precária, cometimento de delitos, uso de drogas etc.); 2) as instituições e esferas de poder público que definem, autorizam ou são omissas diante das políticas de morte aplicadas a estas populações ; 3) quais pessoas ou grupos executam estas ações (ex. milícias urbanas, segurança privada, indivíduos isolados, policiais etc.); 4) quais os interesses por trás destas ações (ex. econômicos, políticos etc.); 4) quais os argumentos utilizados para justificar as ações (ex. suposto risco à segurança nacional, necessidade de retomar controle de uma instituição, racismo etc.); 5) qual o teor do discurso midiático hegemônico sobre estes acontecimentos (ex. espetacularização da violência, denúncia de violações de direitos humanos, minimização da importância destas ocorrências etc.) e; 6) qual o posicionamento adotado pela população em geral frente aos mesmos (aprovação/reprovação total ou parcial).

Referências:

FUNDO INTERNACIONAL DE DEFESA E AUXÍLIO PARA A ÁFRICA AUSTRAL - IDAF (Org.). Nelson Mandela: a luta é a minha vida. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1989.

MARTINS, Dinaê Espíndola; MACHADO, Frederico Viana. Necropolítica, mídia e o extermínio da população em situação de rua. In: Anais do Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, 2018, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/saude-coletiva-2018/papers/necropolitica--midia-e-o-extermínio-da-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 31 ago. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. n.32, dez. 2016. p. 122-151.

VALE, Máira Cavalcanti. "Este país é cheio de apartheid", diálogos com mulheres sul-africanas na província de KwaZulu-Natal. *Cad. Pagu*, Campinas, n.45, p.51-78, dez. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332015000200051&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 set. 2020.

4. Pensando vocábulos:

É possível destacar vocábulos-chave na discussão sobre o tema, como: *necropolítica*, *necropoder*, *biopoder* e *racismo*.

5. Você sabia?

Nascido em 1957 na República dos Camarões, o filósofo Achille Mbembe é professor da Universidade de Joanesburgo na África do Sul (considerada um dos maiores centros de excelência em pesquisa do mundo) e é uma referência fundamental na concepção e entendimento do conceito de necropolítica (PEREIRA, 2019).



(Fonte da imagem:

<https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=a4vUAzIM&id=633DAC9BDC5EA37104BF5223E845DF2C7F08D023&thid=OIP.a4vUAzIMWgKLCCtEevsu3wHaLH&mediaurl=https%3A%2F%2Fpositivity.files.wordpress.com%2F2010%2F02%2Fimage-achille-mbembe.jpg&exph=500&expw=333&q=Achille+Mbembe&simid=608034276714415741&ck=49BF6ECEB49B4F062891F32871911C53&selectedindex=3&form=IRPRST&ajaxhist=0&vt=0&sim=11>. Acesso em: 03 set. 2020).

Referências:

PEREIRA, Juliana. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 25, n. 55, p. 367-371, set./dez. 2019.
Resenha de: MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

RODRIGUES, Carla e AIRES, Suely. A leitura de ACHILLE MBEMBE no Brasil. *Cult* [online]. 05 nov.2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-leitura-de-achille-mbembe-no-brasil/>. Acesso em: 19 ago.2020

6. Sugestões de leituras:

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018. 80p.

PESSANHA, Eliseu Amaro; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. NECROPOLÍTICA: Estratégia de extermínio do corpo negro. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB*. v.3, n.6, p.149-176, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/4327>. Acesso em: 01 set.2020.

SEFAIR, Clara; CUTRIM, Isadora Abreu. A necropolítica neoliberal e as políticas de austeridade no governo de Jair Bolsonaro. *Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*. v.3, n.10, p.44-30, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/16880>. Acesso em: 01 set.2020.

7. Sugestões de vídeos:

ALBUQUERQUE, Adrian; DUARTE, Marina. O que é necropolítica. *Revista Badaró* [online]. 25 jan.2020. O vídeo possui duração de 1'37" e resume o conceito, ilustrando-o por meio de políticas de segurança adotadas nos estados de SP e RJ por seus respectivos governadores na atualidade. Disponível em: <https://revistabadaro.com.br/2020/01/25/o-que-e-necropolitica/>. Acesso em: 01 set.2020.

ALMEIDA, Silvio. Vamos falar de necropolítica? *Fórum Permanente pela Igualdade Racial - FOPIR*. Seminário Nacional Genocídios contemporâneos: reagir é preciso! 10 dez. 2019. O vídeo possui duração de 3'23" e aborda relação entre a necropolítica, a reprodução do capitalismo em crise e formas locais de organização da luta política. Disponível em: https://youtu.be/ZJwHX71v9_o. Acesso em: 03 set. 2020.

8. Tá na rede:

Se você não assistiu, é provável que já tenha escutado falar no filme brasileiro “Tropa de elite” (2007), do diretor José Padilha, cujo personagem principal, Capitão Nascimento, foi interpretado por Wagner Moura. A narrativa fílmica intenta reproduzir o cenário da “vida real” de um grupo de policiais de elite – Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), trazendo como mote a frase: “Missão dada é missão cumprida”. O filme aborda, em uma das vertentes, as práticas de tortura da população moradora de comunidades em condição de vulnerabilidade do Rio de Janeiro por parte de policiais, trazendo à tona a necropolítica.